

EDITAL DE LEILÃO DE 1 E 2 LEILÃO E INTIMAÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL

Vara da Fazenda Pública e Autarquias Estaduais da Comarca de Juiz de Fora

PROCESSO NÚMERO: 0197153-02.1996.8.13.0145

EXEQUENTE: ESTADO DE MINAS GERAIS.

EXECUTADO: HEITOR LUIZ VILLELA, CLEDISON ITABORAHY e PARAIBUNA PAPEIS S/A.

LEILÃO NO MODO ELETRÔNICO, LEILOEIRA SANDRA DE FÁTIMA SANTOS, JUCENG 1061, Leiloeira Pública Oficial, nomeada pelo M.M. Juiz desta Comarca, faz ciência aos interessados e, principalmente, aos executados/devedores, que no processo indicado venderá os bens discriminados, pelo maior lance, em LEILÃO PÚBLICO a ser realizado por meio eletrônico (online) através da plataforma www.sandrasantosleiloes.com.br

1º LEILÃO: início a partir da inserção do presente Edital no referido site, com encerramento no dia **17/08/2023 às 14:30 horas**.

2º LEILÃO: no dia **17/08/2023 às 15:00 horas** inicia o fechamento do 2º leilão.

LANCE MÍNIMO: No 1º leilão será aceito o maior lance, com valor igual ou acima da avaliação, e no 2º leilão serão aceitos lances a partir do valor mínimo determinado pelo Juiz, estipulado de 60%.

Se não houver expediente forense na data designada, o leilão será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. O Leilão será realizado na(s) data(s) acima mencionada(s).

Não havendo arrematantes, foram marcados novos leilões para as seguintes: data; ; 1º leilão 14/09/2023 14:30 e 2º leilão 14/09/2023 15:00; 1º leilão 18/10/2023 14:30 e 2º leilão 18/10/2023 15:00; 1º leilão 09/11/2023 14:30 e 2º leilão 09/11/2023 15:00, 1º leilão 07/12/2023 14:30 e 2º leilão 07/12/2023 15:00; todos os leilões serão realizados através da plataforma eletrônica www.sandrasantosleiloes.com.br.

DESCRIÇÃO DOS BENS:

LOTE 1: Imóvel na rua Veronica Freguglia (antiga rua "A"), nº. 16 (antigo número 2), bairro Granjas Triunfo, na cidade de Juiz de Fora/MG, a cerca de 1km do asfalto da Estrada de Filgueiras, a 3km do centro comercial do bairro Grama e a 12km do centro comercial de Juiz de Fora, constituído das granjas nº. 14, 15 e metade da nº. 16, são topograficamente planas, muito arborizadas e ajardinadas, interligadas entre si, com 75m de frente para a rua Verônica Fregúglia, 73m de fundos e laterais, divisas com as granjas 13 e 17, em média com 132m cada.

A rua Verônica Fregúglia é atendida por uma linha de ônibus urbano, rede de energia elétrica e de telefonia, sendo que o abastecimento de água das granjas se faz através de poço comum no interior do imóvel.

Casa principal é composta pela sala de estar, piso cerâmico, laterais com vidro temperado, um salão com dois ambientes, taqueados, uma sala de TV, taqueada, um quarto, um banheiro, com box em vidro temperado, hall de circulação, e com varanda lateral com telhado colonial.

A área de lazer tem telhado colonial, piso cerâmico, churrasqueira, fornos de fogão a lenha e de pizza em alvenaria de tijolos refratários, dispensa, piscina azulejada de 14m x 7m, deck de madeira, sauna azulejada em paredes, teto e degraus de assentos, dois banheiros, com área coberta aproximada de 126m².

O salão circular de jogos/festa tem diâmetro de 10m, em piso cerâmico, cobertura em carramação de sapé, metade das paredes em alvenaria e metade em vidro temperado, com área coberta aproximada de 78m².

A casa dos fundos é composta por sala, cozinha, quarto, hall, banheiro azulejado até o teto, e tem forro de madeira, piso cerâmico, varanda com telhado colonial, com área coberta aproximada de 64m².

A casa lateral/fundos é composta por sala, cozinha, 02 (dois) quartos, banheiro, varanda, com laje de cobertura e piso cerâmico, com área coberta aproximada de 70m².

O depósito/oficina tem piso cimentado, forro madeira, com área coberta aproximada de 39m².

O canil é fechado por grades de ferro, piso cimentado, casinha de alvenaria de tijolos para abrigo dos cães.

Granja nº. 14 com área 4.031m² (inscrição 057791/000), granja nº. 15 com área 3.828m² (inscrição 057793/000), totalizando 9.623m², registrado sob a matrícula 53.431, livro 2, no cartório do 3º ofício do registro de imóveis de Juiz de

AVALIAÇÃO: R\$ 2.034.000,00 (dois milhões e trinta e quatro mil reais).

LANCE MÍNIMO EM PRIMEIRO LEILÃO: R\$ 2.034.000,00 (dois milhões e trinta e quatro mil reais).

LANCE MÍNIMO EM SEGUNDO LEILÃO (60% da avaliação): R\$ 1.220.400,00 (um milhão, duzentos e vinte mil e quatrocentos reais).

ENDEREÇO DE VISITAÇÃO: rua Veronica Freguglia (antiga rua "A"), nº. 16 (antigo número 2), bairro Granjas Triunfo, na cidade de Juiz de Fora/MG

DEPOSITÁRIO: Não consta.

FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Será sempre considerado vencedor o maior lance ofertado, observado o lance mínimo, independente da forma ou condição de pagamento que o arrematante venha a optar. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre a proposta de pagamento parcelado, desde que o lance seja no mesmo valor.

a) À VISTA: Ao optar pelo pagamento à vista o arrematante terá o prazo de 24 horas, para efetuar o pagamento do valor integral da arrematação, através de guia de depósito judicial, vinculada ao processo.

b) PARCELADO: Ao optar pelo pagamento parcelado, o licitante, no prazo de 24 horas, contados da data do leilão, deverá efetuar o pagamento, mediante guia judicial, do valor mínimo correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da arrematação, quitando o valor remanescente em, 30 (trinta) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 (trinta) dias da data da arrematação. Seja qual for a forma de pagamento, deverá o arrematante enviar o recibo de pagamento ao leiloeiro através do e-mail sandraftsantosleiloeira@gmail.com. Na hipótese de atraso no pagamento de qualquer parcela, incidirá multa de 10% sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (conforme art. 895 §4º da Lei 13.105/2015). O valor das parcelas deverá ser atualizado, mensalmente, desde a data da arrematação, conforme Tabela de Atualização Monetária do Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, devendo o montante ser quitado mediante guia de depósito judicial vinculada aos autos a que se refere o bem arrematado. Caso o vencimento de alguma parcela recaia em final de semana ou feriado, o mesmo ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente. A arrematação de bem imóvel mediante pagamento parcelado do valor da arrematação, nos termos previstos neste edital, será garantida por hipoteca gravada sobre o próprio imóvel arrematado. Em caso de arrematação de bens móveis mediante pagamento parcelado, o juízo poderá condicionar a entrega do bem à quitação de todas as parcelas. Na hipótese de inadimplemento, o exequente poderá optar pela resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido. Caso seja pleiteada a resolução da arrematação, o arrematante, sem prejuízo das demais sanções previstas na lei e ou neste edital, assim como sem prejuízo da apuração das eventuais perdas e danos, perderá o sinal de negócio já pago. Caso seja pleiteada a execução, todas as parcelas vincendas vencerão antecipadamente à data da parcela inadimplida, incidindo sobre o montante devido a multa prevista no art. 895 § 4º da Lei

13.105/2015, além das demais sanções eventualmente previstas neste edital e ou na legislação em vigor, arcando o arrematante inadimplente com as custas processuais e honorários advocatícios decorrentes da execução, tudo isso sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos, e de responsabilidade do arrematante a emissão da guia de pagamento das parcelas, no site do TJMG, bem como a correção do valor de referida parcela.

A proposta de pagamento a vista prevalece sobre a proposta de pagamentos parcelados.

LANCES PELA INTERNET: Os interessados em participar do leilão/praça poderão dar lances pela internet, por intermédio do site www.sandrasantosleiloes.com.br, para tanto deverão ser observadas e cumpridas as regras indicadas no referido site, não podendo, posteriormente, sob qualquer hipótese, alegar desconhecimento.

TAXA DE LEILÃO: Em caso de arrematação, será devido a Leiloeira 5% sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante. Em caso de adjudicação, 2% sobre o valor atualizado do bem adjudicado, a ser paga pelo adjudicante. Em caso de remição ou acordo, 2% sobre o valor atualizado do bem, a ser paga pelo executado. Na hipótese de o bem ser arrematado, pelo exequente, será devida a comissão de 5% sobre o valor da arrematação. A comissão deverá ser integralmente paga no ato da arrematação, adjudicação, remição ou acordo.

INFORMAÇÕES: pelo e-mail sandrasantosleiloeira@gmail.com, pelo site www.sandrasantosleiloes.com.br, celular/WhatsApp (32) 98809-5182.

DÍVIDAS E ÔNUS: O arrematante arcará com os débitos que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários, conforme o artigo art. 130, Parágrafo único do Código Tributário Nacional. O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os débitos de condomínio (que possuem natureza *propter rem*) os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação. Em caso de adjudicação, arcará o adjudicante com todos os débitos do imóvel. Caberá ao interessado verificar a existência de débitos tributários e débitos de taxas condominiais, no caso dos bens imóveis, imóvel se registro de ônus no CRI.

CONDIÇÕES GERAIS: Aperfeiçoada a arrematação será expedida ata de arrematação e, conforme o caso, a ordem de entrega ou mandado de imissão na posse. Os bens serão entregues na condição em que se encontram, inexistindo

qualquer espécie de garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. A venda dos bens imóveis será sempre considerada ad corpus, sendo que eventuais medidas constantes neste edital serão meramente enunciativas. Em caso de arrematação ou adjudicação de bem móvel, fica ao encargo do arrematante a retirada e transporte do bem do local onde o mesmo se encontra. Em caso de arrematação ou adjudicação de bem imóvel, caberá ao arrematante tomar as providências e arcar com os custos da desocupação do bem, caso o mesmo esteja ocupado. Caberá ao arrematante arcar com todos os custos para eventual regularização do bem arrematado. Caberá ao arrematante arcar com todos os custos da arrematação, inclusive para a expedição da respectiva carta de arrematação, se houver. Caberá ao arrematante tomar todas as providências e arcar com todos os custos para a transferência do bem junto aos órgãos competentes. Caberá ao arrematante arcar com todos os tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ICMS, ITBI, IRPF ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros. Em caso de desistência da arrematação o arrematante ficara obrigado a pagar uma multa de 20% sobre o valor da arrematação e ainda os 10% de comissão a leiloeira em caso de bens móveis e 5% em caso de bens imóveis, sem prejuízo de outras sanções, neste caso poderá ainda o leiloeiro, efetuar a venda ao lance subsequente, seguindo a ordem de lance.

A leiloeira, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigada a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados. Ficam, desde já, intimadas as partes os coproprietários, os interessados e, principalmente, os executados, credores hipotecários ou credores fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem, caso não haja licitantes poderão ocorrer novos leilões com datas já predefinidas neste edital. A leiloeira, é apenas mandatária, não se enquadrando assim, como fornecedor intermediário ou comerciante, se eximindo assim de qualquer responsabilidade no bem alienado, nos termos do CPC.

Juiz de Fora/MG, 25 de maio de 2023.